

GESTÃO JUDICIÁRIA

tório de Gestão

1

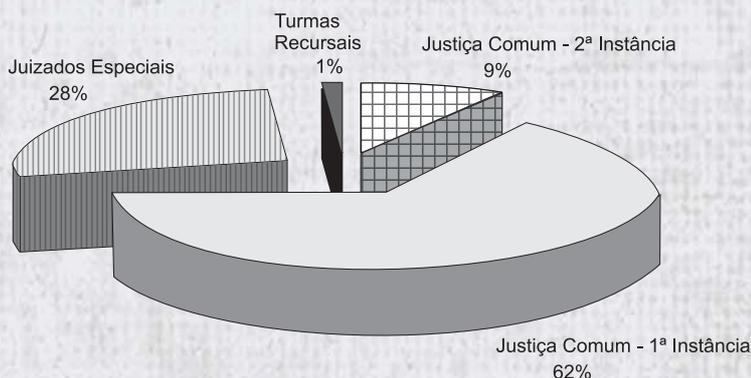
Movimentação Processual

Em maio de 2008, o acervo processual do Estado de Minas Gerais era de aproximadamente 3,88 milhões de feitos. Cerca de 92% desse acervo encontra-se na Justiça de 1ª Instância (Justiça Comum e Juizados Especiais), enquanto o acervo da 2ª Instância corresponde a, aproximadamente, 8% desse total.

A tendência de crescimento da demanda processual evidencia o grande desafio de modernização da Justiça para atendê-la, visto que os recursos orçamentários e o corpo de magistrados e servidores não aumentam na mesma proporção.

No período de outubro de 2006 a maio de 2008, a distribuição total de processos foi de 3.649.681, sendo 90% destes na 1ª Instância da Justiça Comum e dos Juizados Especiais.

Processos distribuídos



Movimentação processual

(excluídas as execuções criminais e execuções de medida)

Ocorrência	Processos distribuídos	Processos julgados	Processos encerrados	Índice de Atendimento Julgados Distribuídos	Índice de Encerrados Encerrados Distribuídos
J.Comum - 2ª Inst.	319.844	241.026	151.096	0,8	0,5
J.Comum - 1ª Inst.	2.284.340	1.305.987	2.008.527	0,6	0,9
Juizados Especiais	1.007.939	1.121.881	1.037.758	1,1	1,0
Turmas Recursais	37.558	34.969	33.616	0,9	0,9
Total	3.649.681	2.703.863	3.230.997	0,7	0,9

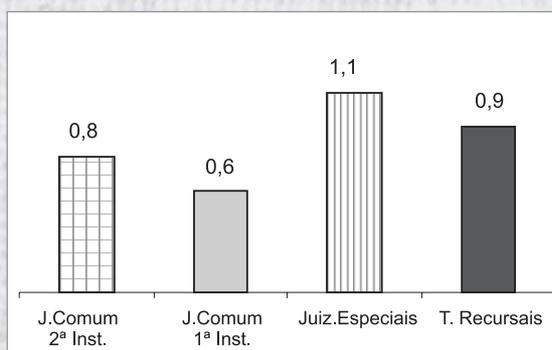
Período: outubro/2006 a maio/2008

Fonte: Seplag

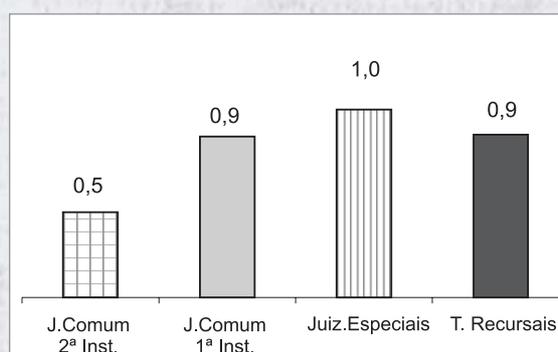
Em relação à distribuição de processos, os julgamentos atingiram, na Justiça Comum de 1ª Instância, um índice de 0,6, isto é, receberam sentença um número de processos que corresponde a 60% do total de distribuídos. Na 2ª Instância, o índice foi de 0,8, e, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais, os índices foram de 1,1 e 0,9, respectivamente.

Quanto ao encerramento de processos, os índices variaram de 0,5 a 1,0, indicando que, em todas as instâncias, foram arquivados mais de 50% dos feitos distribuídos.

Índice de julgamento



Índice de encerramento



No período, a evolução do acervo considerado apresentou um aumento de 23,4%, demonstrando o crescente número de feitos ativos sob os cuidados da Justiça e a necessidade de incremento de soluções tecnológicas, tendo em vista as limitações de recursos orçamentários e de infra-estrutura do Judiciário.

Evolução do acervo

Ocorrência	Outubro/06	Mai/08	Varição %
Justiça Comum - 2ª Instância	216.757	278.153	28,32
Justiça Comum - 1ª Instância	2.590.417	3.010.697	16,22
Juizados Especiais	545.327	580.465	6,44
Turmas Recursais	13.721	17.120	24,77
Total	3.149.465	3.886.435	23,40

Período: outubro/2006 a maio/2008

Fonte: Seplag

Entre outubro de 2006 e junho de 2008, os órgãos colegiados do TJMG realizaram 232.054 julgamentos, sendo que 77,6% deles foram realizados nas câmaras cíveis e 20,5% nas criminais. No mesmo período, foram proferidas 33.299 decisões monocráticas.

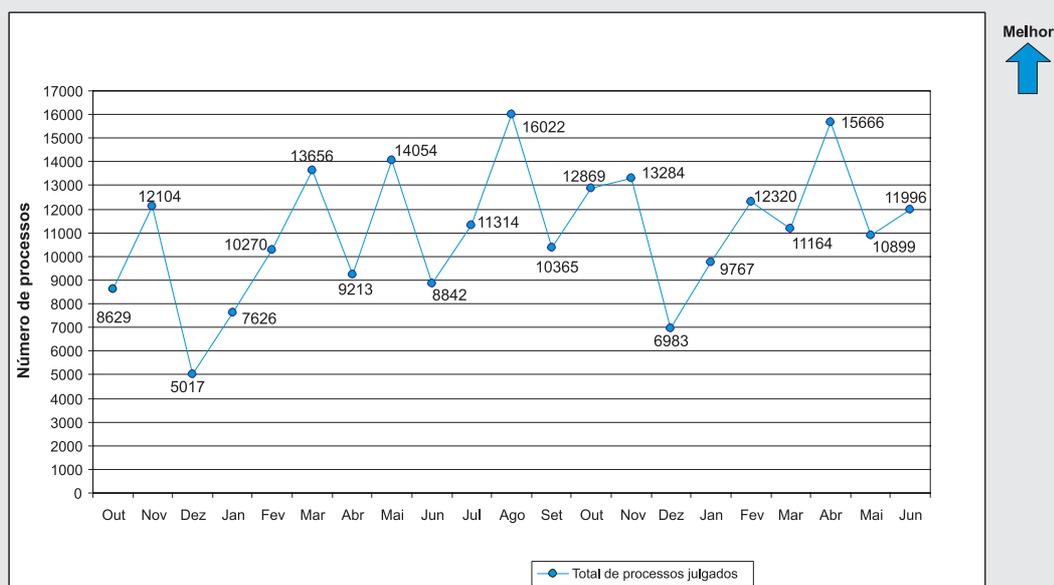
Julgamentos realizados pelos órgãos colegiados

Câmaras cíveis	180.078
Câmaras criminais	47.658
Corte Superior, Conselho da Magistratura e grupos de câmaras	4.318
Total de julgamentos realizados	232.054

Período: outubro/2006 a junho/2008

Fonte: 1ª Vice-Presidência/Sepad

Julgamentos Realizados



Período: outubro/2006 a junho/2008

Fonte: 1ª Vice-Presidência/Sepad

Decisões monocráticas proferidas

Câmaras cíveis	28.760
Câmaras criminais	2.943
Corte Superior, Conselho Magistratura, grupos de câmaras e outros	1.147
Plantão	449
Total de decisões monocráticas proferidas	33.299

Período: outubro/2006 a junho/2008

Fonte: 1ª Vice-Presidência/Sepad

Entre novembro de 2006 e junho de 2008, foram distribuídos 201.038 processos cíveis e criminais. Foram remetidos para vista à Procuradoria-Geral de Justiça 24.229 processos, e encaminhados a outros órgãos 123 processos de competência originária. No mesmo período, 6.375 processos foram remetidos a órgãos externos e 187.982 a órgãos internos, totalizando a remessa de 194.357 feitos.

Do total de 228.029 processos recursais e originários distribuídos entre outubro de 2006 e junho de 2008, 51% correspondem a apelações cíveis e reexames necessários. Os agravos são 22% e as apelações criminais, 11%. No mesmo período, foram distribuídos também 49.163 recursos internos, dos quais 81,9% foram embargos declaratórios.

Distribuição de processos recursais e originários

Classe de processo	Nº de processos
Apelações cíveis e reexames necessários	116.292
Agravos	50.062
Apelações criminais	25.190
<i>Habeas corpus</i>	19.328
Outros	17.157
Total de processos distribuídos	228.029

Período: outubro/2006 a junho/2008

Fonte: 1ª Vice-Presidência/Sepad

Distribuição de recursos internos

Embargos declaratórios	40.269
Outros	8.894
Total de processos cadastrados	49.163

Período: outubro/2006 a junho/2008

Fonte: 1ª Vice-Presidência/Sepad

1.1 Suporte à Prestação Jurisdicional - 2ª Instância

Dentre os principais resultados alcançados durante esta gestão, podemos destacar:

- Continuidade do alcance das metas de distribuição, autuação e conclusão dos processos originários aos desembargadores relatores no prazo de 24 horas;
- Redução do tempo para conclusão dos processos em grau de recurso ao relator, após a distribuição, passando para 48 horas úteis;
- Implantação da Gestão à Vista em todos os setores da Dirsup, com adoção de cores diferenciadas de capas dos processos, permitindo pronto reconhecimento da natureza do feito e dados na capa, como maior de 60 anos e menor de idade;
- Mensuração dos indicadores de resultados, através de dados estatísticos, permitindo acompanhar o desempenho da Instituição;
- Implantação do Plantão de Medidas Urgentes em caráter permanente, em cumprimento à Resolução 36/07 do CNJ, utilizando a estrutura já em funcionamento da Secretaria de Plantão de *Habeas Corpus* e outras Medidas Urgentes do Fórum Lafayette;
- Alterações no recebimento de petições e processos, conforme disposto no Aviso publicado em 25 de abril de 2007, visando à otimização dos procedimentos referentes aos serviços de protocolo do Tribunal.

Para prosseguimento dos trabalhos de padronização da gestão judiciária na 2ª Instância, o Módulo de Documentos foi criado e implantado no Sistema Informatizado da 2ª Instância (Siap). Instalado nos 28 cartórios, o sistema possibilita a geração de relatórios mensais necessários ao acompanhamento das atividades cartoriais. Cerca de 1.500 tipos de documentos são gerados pelo módulo, com código de barra e logomarca do TJMG, o que garante a exclusividade e a autenticidade dos documentos.

Os reflexos relevantes da padronização são demonstrados na aferição das metas estabelecidas para os setores judiciários. As metas visam garantir a agilidade da remessa de processos, a confiabilidade no cadastramento e triagem dos feitos, o cumprimento de prazos legais para publicação de decisões e acórdãos, dentre outros objetivos.

Metodologia de controle

Por meio de relatórios, planilhas e gráficos, o Tribunal de Justiça passou a organizar, consolidar, atualizar e disseminar informações gerenciais necessárias ao acompanhamento de indicadores de resultados da 2ª Instância, visando subsidiar o planejamento e a gestão da prestação jurisdicional, buscando contribuir para sua qualidade, eficiência e presteza.

Todos os dados referentes aos setores da área judiciária passaram a ser consolidados mensalmente. Gráficos são elaborados e encaminhados às diversas gerências para que discutam os resultados alcançados e avaliem seus indicadores de desempenho.

Suporte à Prestação Jurisdicional

Em novembro de 2007, atendendo à diretriz de dar continuidade à Padronização da 1ª Instância, foram retomados os trabalhos no Fórum Lafayette, iniciando-se pelas Varas de Feitos Tributários, Vara Criminal de Inquéritos Policiais e Vara de Execuções Criminais.

Os padrões das Varas de Feitos Tributários foram concluídos e estão aguardando validação pelo Comitê Técnico de Padronização da 1ª Instância. Na Vara Criminal de Inquéritos Policiais e na Vara de Execuções Criminais, os padrões encontram-se em fase final de elaboração.

Os trabalhos contaram com o apoio técnico do Centro de Padronização e Qualidade na Gestão (Cepaq), subordinado à Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag), em parceria com a Gerência de Padronização e Gestão da Informação (Geinf), subordinada à Secretaria de Padronização da 1ª Instância, Suporte ao Planejamento e à Ação Correicional (Sepac).

1.4 Gestão dos Juizados Especiais

Os Juizados Especiais foram criados pela Lei 9.099, de 1995, para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, buscando, sempre que possível, a conciliação e a transação.

Pesquisa encomendada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em 2007, apontou os Juizados Especiais como a terceira instituição pública de maior credibilidade no País, com índice de 71% de confiança pela população. A demanda recebida pelos Juizados Especiais mineiros confirma a confiança que a população tem no seu funcionamento. Desde a sua criação até abril de 2008, foram ajuizadas 5.308.944 ações, havendo sido solucionadas 4.728.037, ou seja, 89% das demandas.

Durante esta gestão, 5 novas varas dos Juizados Especiais foram instaladas. Desde a criação dos Juizados até junho de 2008, já foram implantadas, em Minas Gerais, 146 varas especializadas e 63 Turmas Recursais. Atualmente, Belo Horizonte conta com cinco Juizados Especiais, quatro Cíveis e um Criminal. No interior do Estado, 72 comarcas contam com Juizados Especiais. Atuam exclusivamente na Justiça Especial 142 juízes. Em 2007, foi criado o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, que veio substituir a Comissão Supervisora dos Juizados Especiais, com redefinição de competência.



Juizados Especiais Criminal e do Consumo, em Belo Horizonte



2 Mutirões

M u t i r ã o e J U D I C I Á R I O

Visando reduzir o acervo processual e agilizar a prestação jurisdicional, magistrados se engajaram em esforços cooperativos para julgar grande número de processos em curtos espaços de tempo. Tais ações chamam a atenção para a colaboração dos magistrados em tentar sanar a sobrecarga de trabalho do Judiciário.

Em abril de 2008, os membros da Corte Superior realizaram sessões extraordinárias com o objetivo de julgar processos adiados em sessões anteriores e aqueles com pedidos de dia. Foram julgados 258 processos, praticamente eliminando o acervo da Corte.

Entre maio e junho de 2008, os juízes substitutos do 11º Curso de Formação Inicial e os assessores da 1ª e da 2ª Vice-Presidência realizaram mutirão a fim de baixar o acervo de cerca de 4 mil recursos que estavam esperando juízo de admissibilidade em relação ao eventual encaminhamento aos tribunais superiores.



Juízes e assessores analisaram 4 mil recursos aguardando juízo de admissibilidade





Sessões extraordinárias reduziram acervo da Corte Superior

3 Unificação das Tabelas Processuais

Já estão em fase de desenvolvimento e de teste interno no TJMG as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário, que padronizam classes, assuntos e movimentação na Justiça Estadual, Federal e do Trabalho e no Superior Tribunal de Justiça. O prazo previsto para a implantação é 30 de setembro de 2008.

Com o uso das tabelas, os processos terão uma única identidade em todas as instâncias, proporcionando melhor gestão na tramitação. A implantação segue a Resolução 46 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de dezembro de 2007, e visa dar mais agilidade ao Poder Judiciário através da otimização do uso da informação processual.

A unificação trará mais rapidez e eficiência à recuperação dos dados, viabilizando o controle estatístico nacional. A produção de relatórios gerenciais padronizados facilitará a criação de políticas nacionais. Num futuro próximo, a troca de dados eletrônicos entre os tribunais também será beneficiada, através da utilização das tabelas pelo Sistema CNJ. O maior benefício será uma prestação jurisdicional mais célere, com tribunais menos sobrecarregados e melhor gestão.

A Resolução 46 do CNJ dispõe ainda sobre o cadastramento de partes. A unificação do registro, através do cadastro de pessoas físicas ou jurídicas da Receita Federal, visa evitar que a mesma parte receba denominações diferentes devido ao uso de abreviaturas ou a erros de digitação.

4 Gestão de Precatórios

Idosos têm prioridade no pagamento de precatórios desde abril de 2008



A Central de Conciliação de Precatórios (Ceprec) do TJMG faz conciliações para acelerar o pagamento da dívida em precatórios do Estado, municípios e outros entes ligados à administração pública. Desde sua implantação, o índice de acordos nas conciliações envolvendo precatórios judiciais atinge em média 85%.

Entre 2006 e 2007, como resultado dessas conciliações, foi totalmente quitada a dívida de precatórios das seguintes autarquias e fundações estaduais: Ademg, Detel, Hemominas, Fundação Clóvis Salgado, Uemg, TV Minas, Iepha, Fundação João Pinheiro, Fhemig, Cetec, Ruralminas, IEF, IMA, DRH e Funed. Também foram pagos os precatórios vencidos dos anos de 1995 até 2001 do DER, do Estado e do Ipsemg.

Em março de 2008, foi iniciado o pagamento da dívida vencida em 2002 do Estado, do DER e do Ipsemg. Em agosto de 2008, foram pagos os precatórios alimentares de 2002 desses entes. Em setembro de 2008, está prevista a liquidação final de seus precatórios comuns vencidos em 2002.

Os pagamentos efetuados por esses entes estatais, entre 2006 e 2007, alcançaram cerca de R\$ 500 milhões. Em 2008, já se pagaram R\$ 400 milhões da dívida dos precatórios. Até junho de 2008, a baixa de precatórios de tais entes alcançou 2.588 feitos.

Em junho de 2008, ficou concluída a negociação da dívida dos precatórios alimentares e comuns de Belo Horizonte vencidos no ano de 2001. Em agosto de 2008, foram liquidados os precatórios vencidos em 2002 e as conciliações avançam para a quitação da dívida de precatórios desse município vencida em 2003.

Em 2007 e 2008, por meio de conciliações itinerantes, foi solucionada a dívida vencida de precatórios de 33 municípios: Santa Luzia, Bandeira do Sul, Boa Esperança, Bom Despacho, Buritizeiro, Campina Verde, Caxambu, Coqueiral, Coração de Jesus, Cruzília, Curvelo, Formiga, Itapajipe, Lagoa Formosa, Lassance, Limeira do Oeste, Minduri, Ninheira, Pitangui, Pompéu, Santo Hipólito, São Gonçalo do Abaeté, São João da Lagoa, São Pedro da União, São Sebastião do Rio Verde, São Tomás de Aquino, Taiobeiras, União de Minas, Sete Lagoas, Governador Valadares, Serra Azul de Minas, Cordisburgo e Bonfim.

Os municípios seguintes também ficaram devendo pouquíssimos precatórios vencidos: Bocaiúva (6), Caetanópolis (1), Claro dos Poções (1), Conceição das Alagoas (2), Cristina (1), Espinosa (1), Fronteira (1), Frutal (5), Itamogi (2), Iturama (3), Mato Verde (2), Monsenhor Paulo (2), Passa Tempo (2), Pirapora (16), Ponte Nova (3), São Lourenço (2), Veríssimo (7) e Virgínia (1).

Nas conciliações municipais, no primeiro semestre de 2008, foi liquidada uma dívida de precatórios próxima de R\$ 20 milhões.

Em abril de 2008, foi realizada a primeira audiência de conciliação com prioridade para o pagamento de precatório para idosos, em obediência à Lei Estadual 17.113/07. De acordo com a lei, os precatórios de natureza alimentar em atraso, cujos credores originários tenham idade igual ou superior a 65 anos, têm preferência para pagamento pelo Poder Executivo, observada a disponibilidade de caixa do Tesouro Estadual.

5

Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário



O Pai-PJ acompanha atualmente 437 processos envolvendo pacientes judiciários

O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (Pai-PJ) acompanha os processos judiciais em que tenha sido instaurado incidente de insanidade mental e os já sentenciados com medida de segurança, realizando um estudo particularizado dos casos para auxiliar na modulação desta medida.

A atuação do Pai-PJ junto aos pacientes judiciários é determinada por juízes das varas criminais. Auxiliados por equipe interdisciplinar do programa, definem qual a melhor medida judicial a ser aplicada. Para que esse trabalho seja possível, o TJMG conta com a atuação de várias instituições parceiras que fazem parte da rede de saúde mental e social do município de Belo Horizonte.

Em outubro de 2006, o programa acompanhava 272 casos, perfazendo um total de 401 processos. Até julho de 2008, 430 casos e 557 processos já passaram pelo Pai-PJ, além dos 284 casos e 437 processos que são atualmente acompanhados.

6

Fiscalização do Cumprimento de Penas

O TJMG tem buscado maior humanização na execução das penas e medidas de segurança. Além do *Projeto Novo Rumos na Execução Penal* e do *Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário*, duas iniciativas demonstram a busca de um novo paradigma.

6.1

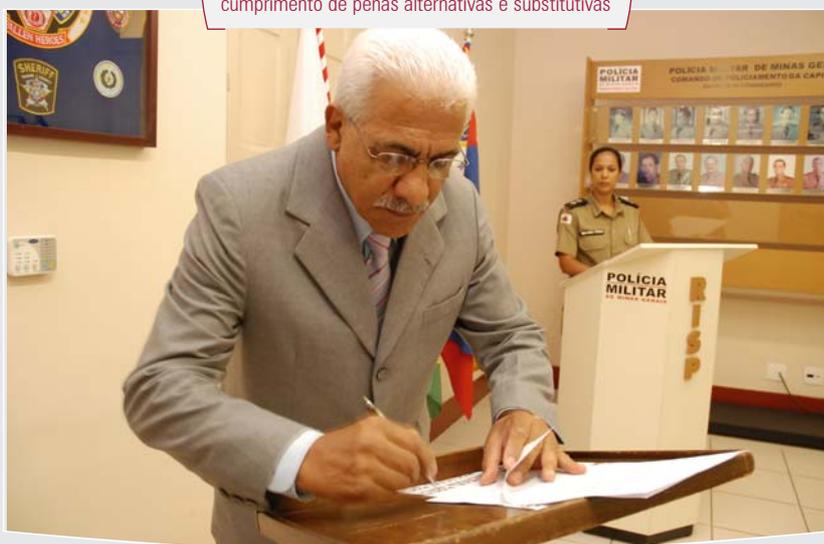
Convênio TJMG e Polícia Militar

No dia 15 de outubro de 2007, o TJMG, por meio da Vara de Execuções Criminais (Vec) da Comarca de Belo Horizonte, e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) assinaram um termo de cooperação técnica, com o objetivo de estabelecer um esforço mútuo no trabalho de supervisão do cumprimento de penas alternativas e substitutivas, prisão domiciliar e livramento condicional.

A cooperação técnica torna mais eficiente a fiscalização do cumprimento das penas, em Belo Horizonte, envolvendo mais de 5 mil cidadãos. Cabe à PM o contato direto com aqueles que cumprem penas e que estão em débito com as obrigações em relação à Vec. A atuação da PM evita a conversão das medidas em prisão pelo não-comparecimento dos apenados à Vec, como prevê a lei.



Cooperação técnica visa estabelecer esforço mútuo entre o TJ e a PM no trabalho de supervisão do cumprimento de penas alternativas e substitutivas



6.2

Monitoramento Eletrônico dos Sentenciados

O projeto experimental *Expansão e Modernização do Sistema Prisional* é uma parceria entre o Judiciário, a Secretaria de Estado de Defesa Social, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Desde abril de 2008, o projeto implantou o uso experimental de tornozeleiras eletrônicas em presos que cumprem pena em regime semi-aberto.

O uso dessa tecnologia visa contribuir para a fiscalização da pena de uma maneira mais eficiente, além de ser uma alternativa às cadeias superlotadas e à falta de vagas em albergues prisionais. Permite também o convívio dos apenados com a família e a sociedade, facilitando o processo de ressocialização.

Em junho, foram instaladas as primeiras tornozeleiras monitoradas pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS). A tecnologia representa um avanço, pois permite o monitoramento com melhor qualidade, durante todo o dia, em qualquer lugar onde esteja o sentenciado.